

# Mudança de regra da CVM desafia pautas ESG

Companhias abertas não serão mais obrigadas a fazer reportes de medidas sustentáveis a partir de revisão de norma

## / SUSTENTABILIDADE

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A recente decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de revogar a obrigatoriedade dos reportes financeiros das companhias abertas relacionados à sustentabilidade, com base nas normas do International Sustainability Standards Board (ISSB), a partir dos exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, reacendeu o debate sobre a questão da relação sustentabilidade e custos. Por um lado, há a preocupação de ter uma relação melhor com o meio ambiente e atenuar os impactos das mudanças climáticas, por outro, tem a saúde econômica das companhias em relação aos seus concorrentes.

A determinação da CVM ocorre por meio da alteração da Resolução nº 193/2023, através da Resolução nº 244/2026. O CEO da Mercado Net Zero, Giuliano Capeletti, considera preocupante a posição e enfatiza que foi uma mudança de última hora. Ele acrescenta que diversas empresas já tinham separado recursos para realizar os seus reportes de sustentabilidade, porque seria

algo obrigatório.

Conforme o CEO da Mercado Net Zero, os reportes, baseados em critérios técnicos, permitiriam estabelecer um padrão e vincular a sustentabilidade ao fator financeiro. “É possível comparar números, calcular quanto custaria a transição energética de uma empresa”, salienta.

Os levantamentos analisam ainda, frisa Capeletti, o tema dos eventos climáticos como secas, enchentes, frio e calor e relacionam com o que é risco ou oportunidade. “Na Renner, a oportunidade que eles viram, por exemplo, foi que estava tendo mais onda de calor, com invernos mais curtos, então era recomendável comprar menos roupas frias”, aponta o CEO da Mercado Net Zero.

Para Capeletti, desde a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) está se vendo uma desaceleração quanto ao tema da sustentabilidade e a decisão da CVM é mais uma ação nesse sentido. Ele considera que a obrigatoriedade dos reportes diminuiria a prática de greenwashing (divulgação de uma imagem sustentável da empresa, mas sem de fato praticar as ações devidas) no País.



REPRODUÇÃO/JC

Comissão de Valores Mobiliários alterou Resolução nº 193/2023 que tratava sobre o assunto

Por sua vez, o diretor executivo da Noale Energia, Frederico Boschin, argumenta que, apesar da resolução da CVM ter retirado a obrigatoriedade do reporte, ele pode ainda ser feito de maneira facultativa. “Talvez não seja o momento no Brasil de se colocar uma regra tão restrita para as empresas”, pondera.

Boschin reforça que, ao não se adotar uma norma obrigató-

ria, sempre se trabalhará com os mercados voluntários. De acordo com o diretor executivo da Noale Energia, o crescimento da “revolução verde” deu uma refreada no mundo. Ele assinala que várias nações estão sentindo que a imposição de mais normas com relação ao meio ambiente pode mais prejudicar o setor industrial do que ajudá-lo.

“Quanto mais regulamentos

se criam, se retira competitividade, porque estão aumentando custos”, diz Boschin. Ele enfatiza que é preciso observar essa balança: o objetivo de ser verde, mas sem perder o poder de competir com países que não adotam práticas sustentáveis. Ele lembra que a indústria do Brasil já enfrenta elevados custos e o reporte de sustentabilidade seria um gasto a mais.

## Braskem define nova gestão e busca acordo com credores ainda em junho

### / PETROQUÍMICA

A gestora de investimentos IG4 elegeu, ontem, seus representantes no conselho e na diretoria da petroquímica Braskem, concluindo o processo de renovação do comando da companhia após a compra da fatia da Novonor (ex-Odebrecht).

A perspectiva, agora, é de que a companhia acelere negociações com credores para reestruturar sua dívida. A meta é ter um desenho do plano de reestruturação ainda neste mês, segundo pessoas com conhecimento do assunto.

A nova gestão já vem conversando com assessores de bancos e detentores de bonds em busca de alternativas, mas já descartou a possibilidade de converter dívidas em ações, como ocorre no processo de socorro à Raízen. Vendas de ativos importantes também estão fora do radar por enquanto.

A avaliação da nova gestão é que a mudança no cenário petroquímico após a guerra no Irã garante fôlego de médio prazo, já que a redução das vendas do Oriente Médio interrompeu um longo ciclo de baixa dos preços das matérias-primas petroquímicas.

Sócia da IG4 na Braskem, a

Petrobras já havia nomeado novos representantes no comando da petroquímica. A própria presidente da estatal, Magda Chambriard, comandará o conselho de administração, em um indicador da importância do processo de reestruturação.

Sexta maior petroquímica do mundo, a Braskem sofre com ele-

vado endividamento provocado pela combinação de anos de baixos preços das matérias-primas petroquímicas e elevados juros, além dos gastos para remediar danos da tragédia de Maceió.

Ao fim de 2025, sua dívida correspondia a quase 15 vezes seu Ebitda, indicador que mede a geração de caixa. O índice está acima de limites considerados saudáveis pelo mercado.

Para a vice-presidência do conselho, a IG4 nomeou seu sócio Hélio Novaes. Os outros representantes são Octavio Lopes e Walter Suzini, que trabalham com o IG4, e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Luciano Coutinho.

A gestora indicou ainda para a vaga de conselheiro independente a engenheira Leticia Costa. Segundo comunicado enviado pela IG4, os novos conselheiros levam para a Braskem experiência em reestruturação fi-

nanceira, operações industriais, mercados internacionais e governança corporativa.

A experiência em reestruturação financeira também foi citada como um dos critérios para a escolha dos diretores. O presidente da Braskem será o sócio do IG4 Helcio Tokeshi. Ele foi secretário de Fazenda de São Paulo no governo Geraldo Alckmin e teve passagem por gestões federais petistas dos anos 2000 e 2010.

Os outros nomes escolhidos pela gestora foram Carlos Brandão (diretor Financeiro), Luiz Rosato (diretor de Transformação e M&A) e Camila Tápias (diretora de Assuntos Jurídicos, Relações Institucionais e Governança).

A Petrobras já havia indicado todos os seus oito nomes para a administração - quatro para o conselho e quatro para a diretoria. Nesta terça, trocou um: o conselheiro Olavo Bentes será substituído por Marcelo Pogliese, que é secretário da Casa Civil.



JEFFERSON BERNARDES/AGÊNCIA PREVIEW/DIVULGAÇÃO/JC

Empresa lida com elevado endividamento após anos de margens pressionadas